

Antônio Edmilson Martins Rodrigues

Pesquisador associado ao Pronex/CNPq/Departamento de História da PUC-Rio. Historiador e professor dos programas de Graduação e Pós-Graduação da PUC-Rio e da UERJ.

O Achamento do Brasil e de Portugal

Perfil intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo

O PRIMEIRO ACHAMENTO:
A PERSONAGEM

Entrei em contato com a obra de João Lúcio quando, na universidade, fiz meu

primeiro curso de história do Brasil. No final dos anos de 1960 aprendia-se Portugal nos cursos de história do Brasil. Como todo mundo, o livro foi *Épocas de Portugal econômico*.¹ Devo dizer que àquela altura nada me surpreendeu na leitura, pois pareceu-me uma história épica e que caminhava na direção dos escritos de Vitorino Magalhães Godinho nos seus *Ensaios*,² quando se referiam aos ciclos portugueses na Índia e às questões das especiarias, principalmente da



pimenta. Mais tarde, numa segunda leitura, esta já para um curso que ministrei como professor de civilização ibérica, compreendi que o livro esboçava a idéia de fundação da nacionalidade portuguesa.

Nessa nova leitura, entretanto, encantou-me mais o modo pelo qual João Lúcio operou a compreensão da realidade portuguesa, e chamou-me a atenção a preocupação em mostrar a força da raça portuguesa em sua mestiçagem e a sua formação como associada ao meio físico ibérico.

Voltei a tomar contato com João Lúcio quando li os volumes da correspondência de Capistrano de Abreu, editados e

apresentados por José Honório Rodrigues.³ No volume 2, José Honório incluiu as respostas de alguns dos correspondentes de Capistrano, dentre eles João Lúcio. Para além das análises de época postadas nas cartas, descobri alguns fazeres de João Lúcio que me eram desconhecidos: sua importância para os historiadores brasileiros, como intermediário entre eles e os arquivos portugueses, fazendo buscas de documentos que, com certeza, enriqueceram as interpretações, por exemplo, de um Capistrano. Nessa função, estabeleceu certas intervenções que nos ajudam a entender a construção de determinadas obras de nossa historiografia e o modo pelo qual são elas documentadas.

Novamente me aproximei de João Lúcio quando, a partir de 1998, envolvi-me no projeto de pesquisa *A questão do moderno na história da cultura brasileira*, coordenado por Francisco Falcon, no âmbito do Núcleo de Excelência do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Dessa vez, a aproximação deveu-se ao seminário sobre Capistrano de Abreu e sua correspondência com João Lúcio de Azevedo.⁴ Foi minha curiosidade lusitana que me levou a tentar compreender melhor a trajetória de um intelectual português. Até esse momento, no entanto, essa curiosidade envolvia apenas a resposta à grande variedade de temas desenvolvidos por ele e suas funções como agente de historiadores brasileiros.

O SEGUNDO ACHAMENTO: A RECEPÇÃO DA OBRA

Poucos conhecem, hoje, a produção do historiador João Lúcio de Azevedo ou quando a conhecem esse conhecimento fica restrito a *Épocas de Portugal econômico*, na maioria das vezes tomado como referência para a compreensão da história de Portugal, em sua interface com a história do Brasil colonial. No âmbito da historiografia portuguesa, historiadores como Vitorino Magalhães Godinho e Joel Serrão,⁵ entre outros, anunciam esse livro como sendo um dos seus clássicos, elevando-o à categoria de fundamental para a compreensão da formação de Portugal.

O exclusivo conhecimento de *Épocas* identifica duas questões que ao invés de aclarar a trajetória intelectual de João Lúcio a colocam sob sombras. A primeira é associar João Lúcio à história econômica e a segunda tomá-lo apenas como um historiador da formação do Estado português. Essas questões, eleitas como principais, na avaliação do historiador português, ocultam um itinerário intelectual e uma história de vida ricas, mas a primeira grande descoberta de João Lúcio foi o Brasil.

Há ainda uma outra referência comum ao historiador, português de nascimento e brasileiro por naturalização, que é sua associação a escolas e estilos historiográficos que são denominados, impropriamente, de tradicionais. Assim, devido à pouca vontade de reavaliar a sua

obra, o historiador ou os historiadores são todos colocados no mesmo saco, sobretudo aqueles que produziram entre o final do século XIX e o início do XX, pois neles sempre há algo de romântico, de positivista, de evolucionista e de historicista.

Trata-se aqui de tentar aclarar determinadas questões sobre o historiador João Lúcio, sem o intuito de resolvê-las ou dá-las por terminadas, por meio de uma apresentação da relação entre a produção intelectual e sua vida. Como é um artigo de sondagem inicial, resolvi deixar de lado as discussões conceituais mais pesadas, optando, desse modo, por um ensaio que, como diria Jacob Burckhardt,⁶ é apenas uma das possibilidades de compreensão, já que outras há com certeza.

O TERCEIRO ACHAMENTO: VIDA E HISTÓRIA

João Lúcio nasceu em 16 de abril de 1855, em São Martinho, no conselho de Sintra, o que assinala uma inserção cosmopolita pela proximidade de Lisboa. Seu pai, Antônio Lúcio de Azevedo, é um homem dos Açores e sua mãe, Teresa Amélia de Azevedo, nasceu em Mafra. Sua formação primária ocorreu em Mafra e ele prestou exames na cidade do Porto. Sua segunda etapa de formação verificou-se no Colégio Sérvulo, no bairro da Junqueira, em Lisboa. Entre 1868 e 1873, cursou o Liceu Nacional de Lisboa, desde 1871 como aluno interno. Em seguida, matriculou-se na Escola Politécni-

ca de Lisboa e no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, optando pela cultura técnica, com o objetivo de aplicar os seus conhecimentos de forma imediata.

Em 1873, modificou radicalmente sua vida. João Lúcio possuía um tio, chamado Botelho, que vivia a alguns anos no Brasil, e que precisava da ajuda do sobrinho nos seus negócios. A modificação é mais radical quando se conhece os negócios do tio e onde se localizavam: borracha e Pará. Simplesmente João Lúcio conheceu o Brasil pelo Pará. Seu tio era dono de uma importante empresa de exploração de borracha e de uma companhia de navegação fluvial. Aos 18 anos, o futuro historiador se viu diante da magnitude da borracha e da Amazônia. Entretanto, não assumiu logo os negócios do tio. Deslumbrado com as novidades do Novo Mundo, João Lúcio quis conhecer melhor a região e entender o que ali se passava; sua mentalidade pragmática assim o exigia. Nesse período trabalhou na Livraria Tavares Cardoso, em Belém, e esse emprego veio bem por conta da preocupação formativa e pela possibilidade de conhecimento da terra e dos homens da região. Mais tarde, assumiu a propriedade da livraria, incorporando um outro fazer que o fascinava: a publicação de livros.

João Lúcio só se dedicou às responsabilidades comerciais e industriais devido à paixão arrebatadora por sua prima Ana da Conceição, e isso o levou para junto do tio. Em 1880, casou-se com a prima e de

imediatamente teve três filhos, o que lhe exigiu maior atenção à família. Em 1885, o tio Botelho morreu e deixou-o, da noite para o dia, dono de várias empresas no Pará. A sua naturalização deveu-se exatamente a essas alterações, pois para ser proprietário de uma companhia de navegação fluvial era preciso ser brasileiro ou naturalizado.

A partir daí sua vida novamente se modificou. A primeira experiência em terras brasileiras despertou-lhe o interesse em compreender o desconhecido e isso ganhou alcance na medida em que suas novas atividades o colocaram em contato direto com o novo. O contato com a paisagem da Amazônia fez João Lúcio transformar-se em historiador; sua atenção para a história se construiu durante os 25 anos de permanência no Brasil. Durante esse tempo, escreveu um diário de sua vida e transformou parte dele em temas que estudou com mais atenção. Desde 1890 sua atenção voltou-se para a história paraense. Seus primeiros estudos procuraram entender os momentos de fundação daquilo que ele observava, por isso dedicou-se ao estudo dos jesuítas em sua ação no Pará e ao marquês de Pombal, por suas experiências na região.

Já em 1894 sua produção era reconhecida, como relevante, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), recebendo o título de sócio numa proposta assinada por dois grandes críticos brasileiros do *fin-de-siècle*: José Veríssimo e Alencar Araripe. Ampliou seu olhar sobre

a região quando se tornou cronista do jornal *A Província do Pará*. Em 1909, já fora do Brasil, acumulou o título de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, em 1915, iniciou sua correspondência com o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, ao mesmo tempo que auxiliou a Academia das Ciências de Lisboa na organização de eventos ligados ao Brasil e ao Pará.

Desde 1914, com o comentário sobre o livro *América Latina, América inglesa* de Oliveira Lima,⁷ retomou os escritos sobre o Brasil. Em 1916, na Academia das Ciências de Lisboa, fez o elogio público do historiador e crítico José Veríssimo, o mesmo acontecendo em 1923, com Oliveira Lima. Em 1921, publicou “A Academia dos Renascidos da Baía e seu fundador”⁸ e no ano seguinte, “Academia dos Renascidos – a história do desagravo do Brasil e o poema Brasileida”.⁹ Seguiu-se, em 1923, “Da história da colonização do Brasil referida às missões religiosas”.¹⁰ Daí em diante, participou de empreendimentos importantes como a *História da colonização portuguesa* e publicou, constantemente, recensões críticas sobre publicações brasileiras, como a saída, em 1927, na revista *Nação Portuguesa* sobre a história geral das bandeiras paulistas de Afonso Taunay. Dois artigos sobre o Brasil foram publicados na revista do IHGB: “A restauração pernambucana”, no número 84, em 1918, e “Notas sobre o judaísmo e a Inquisição no Brasil”, no número 91, de 1922.

O QUARTO ACHAMENTO: A VIAGEM INTELLECTUAL

A combinação desses vários aspectos garantiram, na primeira metade do século XX, um lugar especial para João Lúcio na historiografia portuguesa e brasileira. Na brasileira pela reavaliação das origens de Portugal e pela interpretação primeira da história da região amazônica, incluindo-se aí os trabalhos sobre a presença dos jesuítas e sobre o marquês de Pombal.

Entretanto, sua presença no campo de nossa historiografia ganhou maior expressividade pela recepção ambígua do que João Lúcio estabeleceu como a história de Portugal econômico. Seus argumentos confundiram-nos, pois tanto explicavam os limites de Portugal numa Europa renascentista como procuravam justificar a ação portuguesa no Novo Mundo, ação essa vista pelos seus agentes e não por uma indicação genérica do Estado português, examinando a tenacidade e a racionalidade desses grupos dominantes.

Assim, sua obra é leitura obrigatória tanto para aqueles que procuram mostrar a singularidade da história do Brasil com relação a Portugal quanto para os que consideram os portugueses e sua cultura como essenciais na produção da história do Brasil. Essa aparente elasticidade resultou da forma de produção da história de João Lúcio, em que o documento assumiu a condição de realização dos fatos e dos eventos. A força do documento é tão grande que praticamente fala por si

enquanto formalizador da relevância do tema. Cabe ao historiador precisar a conjuntura e explicar a função dos agentes envolvidos, por meio de sua dimensão temporal. O documento é a condição da crítica, não da existência do fato, mas das interpretações que dele são feitas. O documento diferencia em duas direções: de um lado, ao remexer no tema e fazer avançar a condição de interpretação e, de outro, apontando para a verdade.

João Lúcio acrescentou a essa atenção documental uma outra operação necessária, aquela que garante autonomia ao historiador, que é a intuição individual da pesquisa, a capacidade do historiador mover-se no campo das descobertas e das renovações que ampliam o alcance dos fatos e levam à condição da narrativa, quando a essa intuição se combina a erudição e a razão. A narrativa histórica depende, para João Lúcio, da posição e da formação independente do historiador, visto que são elas que dão forma, associando o resultado da investigação ao delineamento inicial do tema.

A narrativa do historiador torna-se complexa quando se multiplicam as diferenças interpretativas, e a partir daí sua atenção aumenta e com ela o quantitativo documental, não pela quantidade em si, mas pela variedade da qual decorre a necessidade de uma leitura de confronto por parte daquele que se dedica a produzir história.

O resultado, no entanto, não é, para João Lúcio, a consciência de que o acúmulo

sincrônico é o elemento dinâmico da produção do evento. A combinatória de João Lúcio aproxima-se de uma relação causal complexa, em que a causa é estabelecida no plural, pois é a lógica evolutiva do progresso da razão humana, no sentido iluminista, que movimenta o olhar do historiador na busca da compreensão do fato. Essa complexidade causal, em certos momentos, sobretudo nos textos mais econômicos, assemelha-se a uma história processual, entretanto é simplesmente a narrativa da complexidade, associada à erudição, que provoca essa impressão. Isso não diminui a importância de João Lúcio, nem faz com que digamos que sua história é simplesmente descritiva. Há um telos que forma um determinado cenário no qual os fatos se constroem, e esse telos é o fundamento da história da razão humana em sua trajetória de progresso. As crises viriam da radicalidade da vontade de progresso.

João Lúcio é um pensador, não teve grandes arroubos literários, e concentrou sua atenção na história humana no Brasil e em Portugal. Também não é um historiador de formação, mas sim de profissão, e opta conscientemente, como veremos adiante, por ser um homem do mundo e da história e aprende o ofício nas suas lides da vida, para depois aprimorar uma metodologia muito particular e cuidadosa, talvez exatamente por não ter tido a formação apropriada. O desenvolvimento do ofício de historiador se verificou nos momentos em que se viu diante da ne-

cessidade de compreender aspectos ou nuances da história do seu cotidiano.

Observa-se, pela leitura da obra de João Lúcio, como o esmero e o cuidado na análise não seguiram qualquer cânone, mas foram produto da experiência do narrador e da relevância do tema estudado. Entretanto, é possível observar a presença de certas idéias-força que reafirmam a sua educação iluminista, como a atenção para a força da razão humana no seu eterno combate com a natureza e, por outro lado, a visão de que essa vitória não se completa na destruição, mas sim no aprimoramento da natureza e no entendimento do seu significado. Por isso, em várias passagens de sua obra, há a constante referência ao condicionamento do meio natural.

A dureza de sua linguagem e o abuso da referência documental se expressam, na aparência, numa contínua busca de objetividade e de verdade. No fundo, traduzem receios de lhe escapar a verdade por divagações poéticas. Ele só as faz quando as imagens utilizadas são inteligíveis de modo direto. Esse medo parece também vir da sua incapacidade de dominar a curiosidade. A sua vida, por si só, já oferece um bom exemplo para isso. O modo pelo qual é atraído para determinadas coisas quase lhe confere o título de *flâneur*.

No último quartel do século XIX, depois de buscar uma formação técnica e instrumental, João Lúcio viveu uma experiência inusitada que explica, de certo modo,

a sua trajetória intelectual e a força de seu pensamento. Sua vinda para o Brasil, com apenas 18 anos, não ocorreu de maneira normal. Ele não chegou ao Brasil pelo Rio de Janeiro, ou por São Paulo. O contato com o Brasil se deu pela Ama-

zônia. Outro aspecto importante é que não conheceu os debates e as polêmicas características da geração de 1870 em Portugal.

Sua entrada no Brasil também não foi a do viajante explorador que vem conhecer



Retrato de d. Manuel I de Portugal.
Manuel de Faria y Souza, *Historia del reyno de Portugal...*, Amperes, 1730.

o diferente e o exótico, ele veio para exercer atividades comerciais. Essa trajetória, certamente, influenciou na formação do historiador profissional. A experiência do Novo Mundo, através do Pará e das atividades comerciais, despertou-lhe a atenção para a ação formativa das civilizações com a combinação do meio físico como os tipos sociais. É até possível que após o retorno à Europa, tenha tomado conhecimento das polêmicas de *fin-de-siècle* e atualizado suas interpretações, no entanto foi no Brasil, em Belém do Pará, que ele escreveu os seus primeiros trabalhos históricos. Minha hipótese é de que sua formação deu-lhe a condição de seguir esse caminho. Como precisava entender o que vivia, transformou o seu diário em temas de pesquisa, acentuando a ação modificadora do homem na paisagem hostil. Aqui no Brasil, João Lúcio descobriu a vitalidade orgânica própria dos heróis construtores de estados.

Embora tenha vindo muito novo para o Pará, trouxe consigo marcas que foram fundamentais para sua formação histórica, principalmente no trato cuidadoso do documento. Em sua chegada, já trazia uma inquietude e curiosidade que pareciam ser próprias do contador. A tolerância e a paciência no exame minucioso das contas e a atenção para os indícios que permitiam entender o diferente acabaram por ser importantes na produção de uma metodologia muito própria. A procura da lógica da história, a verdade como resultado do esforço de análise dos documen-

tos e a interpretação como o que estabelece a condição da narrativa indicam a presença dessa formação no historiador profissional.

Além disso, não se deve desprezar a necessidade de João Lúcio de conhecer o novo lugar por conta das atividades que assumiu e como reforço para os achamentos. A relevância de João Lúcio, nesse período brasileiro, é a de ter proposto uma série de relações para a história do Pará, contribuindo para o entendimento de sua inserção no conjunto das relações entre Brasil e Portugal. A vontade de conhecer e entender fez com que rapidamente passasse do estranho para o novo.

A educação portuguesa influenciou seus projetos pessoais e retirou-lhe parte da vontade de aventura. A associação família-trabalho, como qualificadora de maturidade, empurrou-o para uma vida burguesa estável. Construiu família e ficou mais perto do tio, dividindo com ele o gerenciamento dos negócios. Toda a formação psicológica e cultural de João Lúcio foi feita no Brasil, num país de profundas transformações, onde a riqueza passava a ser o resultado direto do trabalho. A euforia da borracha deu ao comerciante a condição de ser historiador. Sua cabeça contábil dispunha o tempo de tal maneira que sempre lhe sobrava algum para obter respostas a sua curiosidade. Nesses períodos escreveu sobre a Amazônia e sua ocupação, destacando a função dinâmica dos tipos sociais e dos

grupos profissionais, e ao mesmo tempo investigou, no pensamento, os temas de base, aqueles que poderiam elucidar determinadas situações e fazer a verdade da história aparecer. Contam-se entre estes os estudos sobre Antônio Vieira, os cristãos-novos e o marquês de Pombal.

Por outro lado, na experiência da selva adquiriu valores que o distanciaram da cultura portuguesa do final do século XIX. A modernidade da selva, como bem explicou Foot Hardman,¹¹ atingiu-o. A religião é um exemplo. A afirmação da materialidade hostil da região afastou-o do catolicismo praticante. Sua religião manteve-se sob a forma subjetiva e crítica. Essa forma de entender a religião teve um aspecto positivo quando de seus estudos sobre os jesuítas, a inquisição e os cristãos-novos. Nos trabalhos cujo tema aborda a dimensão religiosa, nota-se uma certa atitude cética, a presença da dúvida permanente que lhe permitiu um afastamento daquilo que eram os lugares comuns das interpretações consagradas. No caso dos jesuítas, conseguiu produzir uma história da companhia, a partir da dinâmica interna, e, ao mesmo tempo, introduzindo-a nos projetos gerais que circulavam pelo Brasil.

Não estando sujeito às pressões conservadoras da sociedade europeia, na sua forma portuguesa, João Lúcio foi arrebatado pela experiência moderna, e ao voltar a Portugal, o novo mundo europeu pareceu-lhe estranho e não novo. Foi preciso redescobrir Portugal e então lançou-

se a essa tarefa com afinco. Conhecer Portugal inquietava-o mais do que a experiência de conhecimento do Brasil, mas entre o Brasil e Portugal a vida de João Lúcio mudou novamente.

Ele transformou-se num burguês abastado, e nada lhe faltava material ou culturalmente. A região amazônica, por conta da borracha, era assediada por todas as novidades e facilidades de um mundo *fin-de-siècle*. Como vivia de maneira simples e, segundo seu tio, tinha tino comercial, conseguiu acumular muita riqueza com suas atividades, porém estas lhe retiraram, aos poucos, o tempo dedicado ao trabalho de investigação histórica, e isso o afligiu.

A infelicidade de não poder escrever e pesquisar gerou uma nova mudança de vida. O dilema entre o prazer e o dinheiro foi resolvido da noite para o dia, a favor do prazer. Decidiu largar tudo. Vendeu bem suas posições na sociedade das firmas, pois era o momento de apogeu da borracha. Com isso, obteve dinheiro suficiente para viver de rendas e praticar o que mais queria. A volta a Portugal não se realizou de maneira direta, já que resolveu viajar pelo mundo e o primeiro lugar visitado foi os Estados Unidos (EUA).

Em 1895, exatamente no ano de sua saída do Brasil, foi publicado o seu último livro no Brasil. O título conferiu ao livro um sentido de futuro, ao mesmo tempo que homenageava a terra que o tinha acolhido: *O livre Amazonas: vida nova*.¹² Com esse livro fechou um período em que os

temas envolviam negócios e história. Na nova vida, seu projeto era concentrar-se na história, abandonar os registros impressionistas sobre Portugal, as intuições da razão e dedicar-se ao conhecimento da história de Portugal.

A experiência brasileira desenvolveu-lhe a condição de observador do cotidiano, garantiu-lhe a acuidade da identificação dos tipos sociais, ampliou-lhe o conhecimento da força humana, dos costumes e dos valores. A rudeza do meio e a tenacidade dos homens em atingir os seus objetivos formavam a equação universal explicadora da história humana.

De posse dessa experiência e com o novo projeto definido, João Lúcio conheceu os EUA. Em suas atividades comerciais teve contato direto com empresários e financistas americanos que lhe despertaram a curiosidade de conhecer um país que, pelo que lia e ouvia, tinha uma experiência fundacional derivada da força da razão.

Passou quatro anos nos EUA. Observou, com atenção, a vida americana e tal qual Tocqueville¹³ deslumbrou-se com o engenho e a liberdade. A visita foi importante por dois motivos. O primeiro, a experiência humana, a força da moral e da tolerância, o sentido do progresso e da dominação da natureza. O segundo, a condição de comparar duas experiências históricas fundadas a partir da Europa.

Entretanto, essa experiência não produziu nenhum trabalho específico. Aqui e ali, percebe-se, em seus comentários, nas

cartas e em resenhas, a presença da experiência. Há apenas um comentário ao livro *América Latina, América inglesa* de Oliveira Lima,¹⁴ publicado na *Revista de História*, em que a experiência apresenta-se como construtora da trama da resenha.

O QUINTO ACHAMENTO: A OBRA E O AUTOR

João Lúcio voltou a Portugal no final de 1899 e no ano seguinte editou o seu trabalho *Os jesuítas do Grão-Pará*.¹⁵ Elaborado no Brasil, o livro foi publicado um ano depois de sua chegada, porque esse foi o tempo de João Lúcio conferir datas, fatos e nomes, e abriu-lhe caminho para redigir, mais tarde, a *História dos cristãos-novos portugueses*.¹⁶

Os jesuítas no Grão-Pará tem grande importância nesse retorno ao trabalho histórico do historiador luso-brasileiro, pois foi a oportunidade de penetrar no mundo dos arquivos portugueses e com o tempo tornar-se o grande conhecedor da documentação existente em Portugal sobre assuntos que se referiam ao Brasil, daí o apoio que João Lúcio forneceu a grandes historiadores brasileiros como Capistrano de Abreu e Oliveira Lima. Além disso, a contemplação da riqueza documental lhe deu novo fôlego e o fez avançar pelos seus temas prediletos: os judeus, o marquês de Pombal e a história de Portugal.

Em *Os jesuítas no Grão-Pará* percebe-se uma certa despreocupação, diria relaxa-

mento, com relação à narrativa ser ou não expressão do real. A verificação documental aliviou-o das tensões de seus escritos anteriores. A narrativa flui de modo mais direto, mantendo a lógica que sempre marcou os seus escritos, mas sem nenhum esboço de método que indicasse a apropriação dos debates teóricos do fim do século. Não há, como em quase todos os outros trabalhos, referências bibliográficas que indiquem que João Lúcio se animava com os debates conceituais. Isso não quer dizer que se descuidava das idéias e da filosofia. Dedicou-se de tal forma ao acompanhamento do que era publicado que se tornou um profundo conhecedor das línguas inglesa, francesa e alemã. Nota-se, em sua narrativa, a presença de argumentos que indicam um conhecimento relativo das teorias que se esboçaram no final do século XIX, pela via da operação de oposição entre barbárie e civilização. A imagem que faço desse livro é a de um mapeamento da presença jesuítica no Grão-Pará com a preocupação de fechar uma certa idéia sobre as tensões e os conflitos que João Lúcio observou durante sua permanência na região; é como se o livro não tivesse vida própria e só pudesse ser entendido no interior do processo de civilização do Grão-Pará.

Os jesuítas aparecem no livro como mediadores entre duas visões de mundo e duas formas de sociedade diferentes. A função de amortecer e conciliar interesses faz com que os jesuítas defendam os

índios, mesmo que estes sejam derrotados. Os frutos da ação dos jesuítas podem ser identificados no próprio modo pelo qual os portugueses alteram seus procedimentos na região, inaugurando uma etapa de maior atenção às riquezas e arranjos sociais. No fundo, João Lúcio manteve sua idéia de que a dinâmica histórica, embora dada pela tensão, confirmava a vitória da razão e da raça mais forte, daquela que tinha objetivos e que seguia diretrizes. Ao contemplar os resultados, mostrou como as atitudes dos jesuítas, associados aos mais fracos, tiveram como consequência a reprovação da ordem, expressa no ódio do colono ao jesuíta.

Essa conclusão, que hoje nos parece óbvia, requer alguma atenção como possibilidade de construção de um caminho de entendimento do feito histórico de João Lúcio, visto que a publicação gerou problemas, dos quais destacam-se a feição mundana que foi dada aos religiosos da Companhia de Jesus e o reconhecimento de uma diretriz própria da evangelização que seguia muito mais as diretrizes daqueles que se ocupavam do novo espaço do que as prerrogativas dogmáticas da religião. Como em todos os seus livros, o final de cada capítulo, além de apontar para o seguinte, realiza a condição da síntese como recurso pedagógico de acompanhamento do argumento.

Mas falava eu dos problemas da publicação. Foi o primeiro livro de Portugal. A expectativa em torno de João Lúcio era

enorme, especialmente no intuito de conhecê-lo melhor. A publicação veio à luz num momento de desenvolvimento do republicanismo e, por conseguinte, de uma forte tendência anticlerical que anunciava a oposição à Igreja e ao papel que a companhia havia exercido ao longo do processo de formação da identidade nacional portuguesa.

Essa experiência, para João Lúcio, foi um

misto de trauma e desilusão, já que foi trabalhoso explicar que seu livro analisava a companhia em sua experiência colonial e não constituía nenhum juízo de valor sobre a inserção dos jesuítas na história de Portugal, pois procurava perceber a ação concreta da companhia numa área singular. Se, de um lado, houve esse cansativo trabalho de explicação, por outro, o debate revelou-se proveitoso, visto



Retrato de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. *Álbum comemorativo da exposição de estampas antigas sobre Portugal por artistas estrangeiros dos séculos XVI a XIX [...]*, Porto, 1946.

que exigiu do historiador uma atenção especial quanto ao aprofundamento de seu ofício de historiador, fomentando-lhe o firme propósito de ressaltar, em seus escritos, os pontos por meio da prova documental. Viu-se João Lúcio perante a necessidade de estabelecer sua narrativa, daí em diante sempre fortalecida pelo documento e pela avaliação historiográfica.

No ambiente conturbado do início de século, era fundamental se obrigar a um trabalho concreto de leitura do que havia sido produzido sobre cada um dos temas que tomava como seu objeto e elaborar a crítica tanto ao documento como à interpretação. Esse trabalho de revisão foi bastante importante no desenvolvimento de sua obra. Longe de ser maçante, transformou-se numa inspiração nova para o seu trabalho. No mundo documental descoberto em Portugal, a curiosidade encaminhou João Lúcio por caminhos e temas aproximados daquilo que imaginava. As críticas ao trabalho sobre os jesuítas abriu-lhe os olhos para um alcance mais produtivo do trabalho de ir aos arquivos, ou seja, agora estabelecia relações entre os documentos a partir da necessidade que tinha de estabelecer a lógica histórica de um tema, ou de reforçar os argumentos em torno de determinados pontos centrais de cada obra.

Essa relação entre o particular e o geral instaurou-se, em Portugal, como algo novo, que caminhou na direção de uma revisão da própria ambiência pessimista

portuguesa de Antero de Quental e de sua interpretação trágica do mundo ibérico.

No mundo intelectual a recepção do livro foi boa, mais pelo sentido corporativo, pelo elogio fácil de um irmão que voltava, no afã de se ter mais um mosqueteiro na luta pela renovação e modernização de Portugal. A tarefa de João Lúcio passava longe de uma ação política mais definida e participativa. Não queria se envolver com a política a não ser tecendo breves comentários sobre tensões sociais, greves e políticas do Estado. Essa atitude da crítica da época escondia determinados comentários que surgiram a partir do livro, especialmente no mundo da rua, sobre a política radical que viram no livro de uma defesa da Igreja e de um reforço do projeto conservador dos clericais. Pelo lado da Igreja e da companhia, as críticas vieram exatamente no sentido inverso dos políticos republicanos. Também a Igreja saudava com restrições estudos que mencionassem as ações independentes da companhia. Àquela altura era difícil explicar a qualquer um dos lados, que viam a história acontecendo como um processo escatológico, que o desejo de João Lúcio era mostrar as diferenças entre a Igreja e os jesuítas.

A recepção, no entanto, confirmou uma outra idéia de João Lúcio: a posição firmada de que o historiador não deveria nem condenar nem absolver as figuras e instituições que estuda. O ideal do historiador é colocar em evidência o maior número possível de documentos que in-

diquem a possibilidade da verdade histórica. Os documentos fazem o papel de reveladores das interpretações: o livro do historiador deve responder a todas as possíveis perguntas sobre o fato, a figura e o evento.

Esse impacto da volta lhe fez bem. De uma ou outra forma, seu nome passou a ser considerado nas rodas culturais de Portugal, e isso mudou sua vida. João Lúcio foi pego pela ciranda da vida social. Retomou algumas amizades do Liceu e incorporou novos amigos. Foi um intelectual aberto ao moderno e exerceu sua visão cosmopolita em tudo aquilo que realizou. Seus trabalhos, daí para frente, estiveram recheados de proposições modernas vinculadas à crítica das artes e da música. Como todo aquele que gosta de enfurnar-se em arquivos, achava o trabalho de impressão de livros raro, emocionante e fundamental. Seguiu, com atenção, a publicação de seus livros e tinha um cuidado especial com as revisões dos originais. Sua atuação mais constante foi na Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, fundada em 1911 por Fidelino de Figueiredo, que congregava, entre outros, Gama Barros, Edgar Prestage, Pereira da Silva, Joaquim Bensaúde e Oliveira Lima. A entidade publicou, entre 1912 e 1928, a *Revista de História*, onde concentra-se a maior parte dos artigos de João Lúcio.

O impacto da chegada também mostrou-lhe suas limitações com relação ao conhecimento da Europa e sua atitude foi visitar vários países europeus; queria e ne-

cessitava entender a natureza européia, seus costumes, diferenças e cultura. Por isso, demorou-se mais em alguns deles. Primeiro a França, que adotou como região de férias, de descanso. Descobriu Paris e sua pujante monumentalidade e o interior, a província, o espaço que lhe lembrava, com emoção, a força do homem sobre a paisagem hostil. Na Alemanha, além da força do romantismo, aproximou-se da renovação dos estudos históricos, muito embora as visitas aos arquivos sejam a tônica de suas andanças germânicas. Por fim, demorou-se também na Suíça examinando a vida social e a identidade nacional.

Essa viagem pela Europa, ainda *fin-de-siècle*, fez com que durante algum tempo João Lúcio assumisse uma atitude de introspecção. Não publicou nada durante um bom tempo, como se estivesse arrumando as idéias, procurando entender o que lhe era estranho. O grande trabalho era a pesquisa. Vivia na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e em vários outros arquivos. Outra exigência que fez a si mesmo foi estar constantemente atualizado com tudo o que era publicado em Portugal, no Brasil e no mundo. Isso acabou por transformá-lo num profundo conhecedor da produção histórica brasileira e européia sobre os temas de sua predileção.

As tentativas de interpretação da trajetória intelectual de João Lúcio sugerem que até 1921 os trabalhos do historiador caracterizaram-se por uma variedade de

temas de pesquisa e, assim, pela inexistência de uma unidade temática que tornasse sua produção mais produtiva. Pessoalmente, acho que essa interpretação é equivocada, sobretudo porque propõe uma determinada maneira de ler a obra de João Lúcio que se afirma na inexistência de preocupações filosóficas ou teóricas. A variedade dos temas é a carapaça que esconde essa desconfiança. Mas, vejamos, durante esse período se fomos buscar uma unidade temática teremos as relações entre uma determinada cultura européia, percebida por seus grupos dominantes, e as suas áreas de colonização. E esses temas acompanharam sua vida até o fim.

Ao lado de Vieira, o outro biografado foi o marquês de Pombal que, como Vieira, tinha uma relação direta com o Brasil da região do Grão-Pará. Além disso, o seu interesse pelos dois não era novo. Em seus trabalhos sobre o Pará já eram evidentes suas atenções para um e outro. As críticas aos livros inseriram-se na política anticlerical portuguesa do início do século e na propaganda contrária a Pombal da política republicana.

João Lúcio, na biografia de Pombal, não examinou todo o projeto pombalino. Preferiu deixar de lado as idéias de antijesuitismo, porque não começaram, segundo ele, com Pombal, e de defensor dos colonos brasileiros contra a companhia. Voltou-se para suas realizações diplomáticas e ao descrevê-las traçou um perfil do homem iluminado que sabia o

que queria e tinha um projeto que não se afirmava como promoção pessoal. Havia, em Pombal, um espírito nacional que envolveu uma ação de tipo reformista.

O livro também é publicado num clima de complicações. O período pré-republicano, cheio de agitações e de promessas, foi o *locus* de recepção da biografia de Pombal. As manifestações de reconhecimento pela atenção e seriedade da pesquisa foram várias, mesmo aqueles que não concordavam com as interpretações indicavam a qualidade da tentativa. O ápice do reconhecimento do esforço deu-se na Academia das Ciências de Lisboa que, de forma contundente, talvez até por sua origem, consagrou o livro como obra de referência. Com isso, João Lúcio recebeu o reconhecimento formal do seu ofício de historiador profissional ao ser eleito, em 12 de maio de 1910, sócio correspondente por seus trabalhos de história e por demonstrar que o historiador podia fazer história, mantendo uma posição independente e crítica diante do que eram as interpretações ideológicas e preconceituosas.

Como João Lúcio não andava atrás de promoção social, mas de temas e documentos que pudessem lhe revelar a dinâmica da história de Portugal, não deu bola para a eleição, o que acarretou um certo constrangimento por parte dos homens da Academia. O exame desse episódio merece atenção pois ele não decorreu de um desprezo egoísta, mas de um princípio. João Lúcio foi eleito sócio correspon-

dente estrangeiro, o que ele considerou um absurdo tão grande quanto aquele que o havia transformado, pela naturalização, em brasileiro. Se não queriam admiti-lo como sócio permanente que dissessem logo. Por isso, deixou de comparecer às sessões, voltando a elas apenas em 1911, e mesmo assim pela força de convencimento de amigos.

O outro biografado foi o padre Antônio Vieira. Como registrei antes, Vieira já havia aparecido em seu livro sobre os jesuítas. A curiosidade é que nas partes em que há referências ao jesuíta barroco aparecem contraditoriamente elogios, ausências, vacilos e críticas, quase que anunciando a necessidade de pôr a limpo essas dúvidas. A figura de Vieira marcou a consciência de João Lúcio. Sua menção negativa ou positiva ao jesuíta foi resolvida pela narrativa histórica que apresenta Vieira como uma figura singular. Esse frisson espiritual levou-o a manter uma constante atenção para Vieira, enquanto pesquisava e redigia outros trabalhos. Inclino-me a achar que os trabalhos escritos no período foram formas de exorcizar o fantasma de Vieira, mas que acabaram se constituindo em elementos de apoio à biografia do jesuíta.

Vieira colocou em João Lúcio uma interrogação. Aquilo que até então era um relato diacrônico de um processo de evolução virou um tumulto mental. João Lúcio descobriu que na vida de Vieira não havia uma lógica que pudesse fazer com que suas ações tomassem um destino e um

caminho únicos, uma unidade. Isso atraiu, mas também amedrontou João Lúcio, acostumado à lógica do progresso da razão humana. No caso de Vieira não eram as quantidades de documentos que elucidariam as ausências e lacunas na história do jesuíta. Vieira exigia algo mais, que explicasse a sua personalidade, formação, feito.

Isso fez com que tivesse muito cuidado com a biografia de Vieira e então pudesse descobrir uma série de inéditos, como a *História do futuro*. Começou a pesquisa por volta de 1910 e em 1912 apresentou os primeiros trabalhos sobre Vieira, 'trabalhos laterais', como chamava João Lúcio, que vão desenvolvendo questões e dúvidas e rodeando a personagem.

Entre 1912 e 1919, quando é publicado o primeiro volume, produz um conjunto significativo de artigos sobre Vieira. A maioria resultantes de trabalhos de críticas historiográficas com base em novos documentos. Essa estratégia demonstrava o cuidado de João Lúcio, cuidado que se repetirá em todos os seus trabalhos daí em diante: tornar públicos trabalhos laterais para depois produzir o texto definitivo. Além disso, a leitura dos artigos mostra sua dificuldade em acertar a mão com o jesuíta; os mistérios eram mais fortes que as demonstrações.

Essa série de artigos iniciou-se com a publicação, no Boletim da Academia das Ciências, em 1912, de "Notas sobre duas missões diplomáticas do padre Vieira à

França e à Holanda".¹⁷ O movimento posterior foi debruçar-se sobre a correspondência do jesuíta e em 1915, também no Boletim da Academia das Ciências, publicou um comentário crítico sobre as cartas. A seguir, vem à tona "Alguns escritos apócrifos, inéditos e menos conhecidos do padre Antônio Vieira",¹⁸ também publicado em 1915. Este artigo é uma enorme discussão em torno da idéia de autoria e uma demonstração da evolução da pesquisa de João Lúcio, pois nota-se nele a aplicação do refinamento filológico ao conjunto documental. Em 1916, publicou "*História do futuro*, inédito de Antônio Vieira", no Boletim da 2ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, volume 12, fascículo 1. O trabalho de investigação para a biografia do jesuíta foi de tal monta que permitiu a publicação, em três volumes, nos anos de 1925, 1926 e 1928, na cidade de Coimbra, das cartas de Antônio Vieira coletadas e apresentadas criticamente por João Lúcio.

A biografia de Vieira, além de manter uma atmosfera de mistério, ressaltou em seu subtítulo a afirmação do apuro investigativo e do valor do documento: *História de Antônio Vieira: com fatos e documentos*. A denominação do trabalho traz a complexidade do assunto e a definição do método. Com 'fatos e documentos' sugeria que era uma biografia autêntica, verdadeira, não uma idealização como as outras até então publicadas. O trabalho com Vieira foi tão difícil que nem mesmo o recurso normal de recorrer ao

exame cronológico foi possível. A saída de João Lúcio, dada a variedade de ações e pensamentos produzidos pelo biografado, foi buscar na formação de sua personalidade elementos que pudessem fazê-lo compreender a diversidade.

Assim, ao tratá-lo como religioso, não estabeleceu uma história natural da vocação de Vieira, mas enfatizou a sua condição de homem de Deus, a mesma coisa quando o tratou como político, missionário, profeta, revoltado e vencido. Todas essas marcas vinham do aprimoramento da razão em Vieira e a variedade levou João Lúcio a indagar, talvez de forma pioneira, sobre a atribuição de decadência ao momento barroco português. Salta aos olhos, no livro, a força das idéias do jesuíta.

Essa personalidade multifacetada foi o que atraiu a atenção de João Lúcio. Pela primeira vez, a sua narrativa não se confundia com o processo de revelar fatos e eventos que encadeados podiam criar a história. Vieira confundia o historiador e revelava a sua condição de tenacidade na busca de alternativas que permitiriam a descrição fiel da história política, religiosa, missionária, profética, revoltada e vencida da vida de Antônio Vieira.

A grandeza de Vieira é apresentada pela multiplicidade de atuações e pensamentos que revelam como o jesuíta combinou a dimensão espiritual com a material, como Vieira elaborou a consciência da necessidade de secularizar a vida e Deus e o espetáculo da derrota final. O aspec-

to do final trágico, enfatizado, envolve a condição de incluir como chave de leitura de João Lúcio a descrição do barroco como pano de fundo da vida do jesuíta. Além disso, a coragem de escrever sobre um assunto tão polêmico, aliás dois, Vieira e Pombal num Portugal que começava a buscar os seus mecanismos de secularização, revelava a coragem e a seriedade no trato da investigação histórica.

Como a pesquisa para o livro sobre Vieira tomou-lhe muito tempo, e o fez retomar temas e pontos de vista de escritos anteriores, permitiu-lhe também manter no horizonte de seus projetos a história dos cristãos-novos portugueses. Vários escritores e historiadores quando se referem a este livro o denominam História dos cristãos-novos em Portugal, título muito mais restritivo do que aquele que aparece no original, muito mais amplo e que cobre espaços múltiplos.

A preparação dos originais do livro sobre os cristãos-novos retrata pelo menos duas preocupações de João Lúcio: a inclusão de temas polêmicos e de grupos ou personagens vencidos e a explicação do fenômeno da Inquisição em Portugal. *A história dos cristãos-novos portugueses* não é apenas uma história da ação da perseguição religiosa, ao contrário, é uma tentativa de ordenar documentos que mostrassem a vida desse grupo do século XVI ao XIX. Não era mera curiosidade histórica, no sentido de apreciar a vitória dos católicos e do Estado português. Por ter mantido o princípio de estabelecer rela-

ções entre história e vida, João Lúcio preocupou-se em garantir a evidência dos fatos pelos documentos e, da mesma forma que em Vieira, também preparou trabalhos laterais para produzir o livro.

Iniciou suas pesquisas pelos documentos da Inquisição e produziu, no correr do tempo, vários artigos sobre a documentação e as interpretações históricas da Inquisição. Há dois trabalhos laterais que merecem referência: “Os jesuítas e a Inquisição em conflito no século XVII”,¹⁹ que é um desdobramento da história de Vieira e demonstra a capacidade crítica de João Lúcio ao desenvolver a análise dos conflitos no interior da igreja portuguesa, na contramão da tradição explicativa da história de Portugal que enfatizava a unidade da Igreja; e “Antônio José da Silva, o Judeu e a Inquisição”,²⁰ em que João Lúcio apresentou o perfil do Judeu, ressaltando sua língua crítica e sua ação subversiva, publicado após a edição do livro.

O livro sobre os cristãos-novos foi publicado em 1922 e, na forma final, colocou em evidência alguns aspectos daquilo que podemos identificar como sendo um método, embora para cada escrito as estratégias narrativas e de pesquisa se modifiquem. A necessidade de compreender os choques de tradições e associá-los aos novos tempos fez com que João Lúcio percebesse que a história dos cristãos-novos era a própria história do desenvolvimento urbano de Portugal, e que precisava ser relacionada com o modo de cons-

tuição da cena urbana, combinando-a com o crescimento econômico. O outro passo importante dado pelo historiador luso-brasileiro foi o de neutralizar as posições que consideravam os judeus, cristãos-novos, como coitadinhos frente à ferocidade devoradora da Inquisição. Os contendores tinham valores e acreditavam

neles: “Em todo o drama da história duas faces existem, e quem somente encara a uma só delas somente meia verdade conhece. Em toda a perseguição se há de ter em conta a parte com que para ela convergem os perseguidos”.²¹

Outro traço de João Lúcio é convidar o leitor a realizar uma viagem ao momento



Padre Antônio Vieira.

André de Barros, *Vida do apostólico padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus (...)*, Lisboa, 1746.

proposto como tema, para que se possa entender as idéias e os valores reinantes como única possibilidade de evitar os anacronismos e compreender os sentidos dos fenômenos, no caso morais, religiosos e políticos.

Nesse livro aparece um outro tema que também se constituirá em objeto de pesquisa e livro: o sebastianismo.²² A grande novidade de João Lúcio foi interpretar o sebastianismo como síntese de duas mentalidades: católica e judaica. Ou seja, o sebastianismo não foi um movimento de reverenciamento heróico, mas sim o fado, a tensão, a saudade, a tristeza da sociedade portuguesa. Essa descoberta de João Lúcio refletia a atenção e o apuro com que lia a documentação e promovia a compreensão da realidade.

Por fim, *Épocas de Portugal econômico*. Deixei, de propósito, para o final a inserção do livro mais conhecido. O motivo, entretanto, não é o seu conhecimento por parte do público, mas sim o modo pelo qual ele é apresentado pela historiografia portuguesa e o sentido atribuído a ele na trajetória intelectual de João Lúcio. João Lúcio, segundo a historiografia, teria com a *História dos cristãos-novos portugueses* encerrado um período de sua atividade de historiador. Se na primeira fase, de 1900 a 1920, os temas e as formas de avaliá-los eram variados, de 1920 a 1922 haveria uma maior capacidade explicativa combinada com uma temática comum. Nesta fase, os historiadores chamam aten-

ção para duas aproximações que se teriam verificado no historiador. A primeira, o empenho dos intelectuais ligados ao Arquivo Histórico Português e à Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, que publicava a *Revista de História*, de eleger a forma de fazer história de João Lúcio como modelo. A segunda, por meio de sua aproximação com Chamberlain, Werner Sombart e Max Weber, que teria resultado, de um lado, na idéia de que o documento é a verdade e constrói os fatos, e que a narrativa desses fatos é a teoria; de outro, no desenvolvimento de determinadas categorias como sentido de evolução, a sociedade pensada como organismo e a idéia de síntese. Em suma, o que eles querem ressaltar é que nessa segunda fase as idéias se constituem nos elementos de dinâmica da história.

Em minha opinião, diria que essa segunda aproximação é difícil e entendo que é oportuno vincular a ética protestante à ética dos judeus e dos cristãos-novos. O que não concordo é que o uso dessa periodização para João Lúcio termine por transformá-lo num historiador marxista e que isso resulte da crise das idéias no período do pós-Primeira Guerra Mundial. A partir de 1922, João Lúcio teria se distanciado das idéias e optado por uma perspectiva materialista, reduzida à economia, como a única capaz de explicar a realidade. Essa pretensa mudança de orientação resultaria das modificações ocorridas na sociedade portuguesa a partir de 1925 com a constituição de elementos

mais fortes de oposição à perspectiva conservadora clerical, dando origem ao grupo Seara Nova e à revista *Nação Portuguesa*, que teriam chamado a atenção de João Lúcio para a crítica social e política:

Em nosso país e em todos os países, o fator econômico tem de ser elemento essencial da história. É ele o que determina sempre o término das pátrias, as migrações e quase sempre as conquistas, guerras, revoluções, conflitos de raça e de crença, todos estes fenômenos inseparáveis do aparecimento e evolução das nacionalidades. E posto que o elemento psicológico freqüentes vezes, na aparência, se lhe sobrepõe, não há dúvida que se gera e desenvolve no ambiente adequado que as condições econômicas lhe preparam. Próximas ou remotas elas predominam, excitando as sociedades à ação coletiva e ainda em sucessos dos que lhes parecem mais alheios, nos mesmos de fundo místico, como a difusão do islamismo, as cruzadas, o movimento da Reforma, é possível descortinar o até onde do seu influxo dependeu chegarem à realização.²⁵

Essa afirmação, tomada ao pé da letra, pode até indicar uma opção distinta na orientação metodológica de João Lúcio. Entretanto, não revela, por si só, que o historiador tenha alterado os seus procedimentos, mas apenas indica uma maneira de pensar a história por intermédio do privilégio da cultura material ou da economia. A citação não autoriza a qualifica-

ção de João Lúcio como historiador marxista. Então, como podemos explicar essa alteração?

O exame de *Épocas de Portugal econômico* pode ser um bom caminho. Tomado como marco da mudança, o livro apresenta uma estrutura comum ao modo de fazer história de João Lúcio: homens, empreendimentos, realizações da vontade, o meio.

Escrito como uma epopéia portuguesa, *Épocas de Portugal econômico* traduz a vontade competente de um historiador profissional que se dedica a entender a lógica da formação do seu país por intermédio de seu passado.

Compreendido como exemplo de uma mudança de orientação metodológica de João Lúcio, o livro mantém as características gerais dos escritos do historiador luso-brasileiro. São os homens, constituídos enquanto raças, que se defrontam no espaço-meio e determinam a história. A história é a construção real do que efetivamente se passou. Entretanto, essa aparente simplicidade revela direções, entendimentos e reflexões que a transformam em complexidade. A definição de raça, para João Lúcio, não é determinada por resultados de força que indiquem superioridade natural. Raça é o conjunto de referências históricas que se acumulam na história de um povo e que dependendo do meio acentuam determinados caracteres psicológicos, políticos e econômicos. Nesse sentido, raça é uma categoria histórica.

O segundo elemento da equação é o meio. João Lúcio procura um equilíbrio entre a radicalidade do determinismo físico, como fez com o biológico, e a idealização da sua absoluta negatividade como parte integrante da história. Nessa busca, encontra um termo médio que elege o homem como responsável pela verificação das qualidades do meio, ou seja, o meio não se revela pela sua essência natural, mas ele se dá a ver pela combinação que só é eficaz, mesmo num meio hostil, quando o homem reconhece nele a capacidade de ter singularidade e suas qualidades. Isso faz com que um aparente meio físico favorável arruíne os homens ou uma nação, como o ouro da África.

Épocas é essa busca, por isso não é um livro que modifique nada, há apenas um alargamento do olhar e do entendimento do historiador. O horizonte observado é complexificado, nele se apresentam novos aspectos, novas tensões e revelações que autorizam João Lúcio a dizer que a materialidade do mundo é a grande conquista da busca que a razão humana realiza. Isso não retira da conquista o registro dos outros traços necessários à compreensão: a psicologia, a tenacidade, a vontade como decorrências da razão.

O livro é dedicado a dois historiadores brasileiros, aqueles que mais perto estiveram de João Lúcio, que conviveram intimamente com ele, que conheceram suas manias e compreenderam o seu projeto: Oliveira Lima e Capistrano de Abreu. Por isso, a dedicatória não é uma mera for-

malidade, ela constrói uma rede de experiências, uma unidade em torno da preocupação com a história.

A página "Ao leitor" é um misto de apresentação e identificação das questões que são tratadas no livro. No nível do método, João Lúcio mantém a sua fórmula de escrever história e identifica os capítulos como "os estudos de que se compõe este volume...". Acrescenta a obediência desses estudos ao conceito materialista, ressaltando que ele não é o único, mas sim o indispensável para a compreensão da história, mostrando que não há nada que o identifique com uma perspectiva materialista ou economicista. O interessante é que se for levado ao pé da letra a presença de uma referência econômica, ela estaria contida na manutenção de sua visão contábil: "Para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta de Dever e Haver, que nos dá o quilate de suas prosperidades, e por onde cedo, até para os maiores impérios, os pródromos da decadência se denunciam". (As maiúsculas de dever e haver são do autor.)

Caso se volte à parte anterior deste ensaio, verifica-se a permanência de sua orientação de juventude. *Épocas* é o culminar da vida e da história. O olhar econômico é o de um especialista em economia, de um empresário capitalista que diagnostica os resultados contábeis de Portugal para lhe passar um atestado: "Com respeito a Portugal, não será sem interesse indagar por que preço pagou as suas glórias, e quais os efeitos delas nas

condições gerais do país”.

Essas palavras indicam que o trabalho de João Lúcio em *Épocas* é o de um contador que tenta compreender o livro do dever e do haver de Portugal. O livro é realmente o realce dos aspectos de estrangulamento e das políticas eficazes ou não do Estado como dirigente maior do empreendimento, que começa com a conquista do espaço, realizada pela “força cristã” da reconquista que anuncia a fundação do Estado. Trata-se de um livro sobre a experiência da fundação do Estado e de suas ações de desenvolvimento. Após esse começo, há uma espécie de refinamento obtido a partir das disputas internas, sempre orientadas por objetivos concretos, da dimensão física do território e das temporalidades externas. Esse refinamento é a guerra considerada como condição de unidade, pois com ela limitaram-se as senhorias pessoais, evitando-se a desagregação feudal e permitindo a centralização real que tem como projeto a construção de uma “monarquia agrária”, na qual o rei é a imagem do povo, o grande agricultor: “o lavrador da nação”.

Esse empreendimento inicial, anotado no livro contábil, revela um resultado positivo do lado da coluna do haver. A ação do “lavrador da nação” é constante e ampla, fundam-se cidades e desenvolvem-se as atividades artesanais, ao lado do grande projeto agrícola. Esse impulso material, que dá resultados imediatos, combinado com a reconquista permite compreender um dos traços psicológicos dos portuque-

ses. Na verdade, são vários traços que anunciam o gosto pela aventura como derivado da tenacidade, da vontade de transformar o meio hostil, seja ele físico ou humano. Reconhece-se na idéia de João Lúcio da formação da nação de aventureiros o projeto que consolida uma ética e uma moral capazes de ampliar a unidade e mobilizar a sociedade para a realização. A ambição e o lucro são positivos pois anunciam o oposto à acomodação. A noção de uma ética católica, movendo as realizações dos portugueses, não aparece desse modo como da Igreja, já que se realiza no e pelo Estado.

A possibilidade de consolidação dessa mentalidade se constrói por meio do controle econômico do Estado que prove a si e aos outros. Ou seja, o Estado determina o que deve ser o equilíbrio entre o dever e o haver, e distribui o excedente do haver em duas direções: na consolidação da unidade e na ampliação da conquista.

O resultado positivo favorece o desenvolvimento do comércio e de sua associação a determinadas cidades, como a cidade do Porto. Entretanto, para mostrar que o empreendimento foi positivo, João Lúcio registra o que os documentos mencionam como testemunhos: a circulação de produtos portugueses desde Bruges, no século XIII, passando pela Inglaterra e pela França e indo até as regiões mais próximas da Grécia e do Oriente, via Veneza e Gênova.

Essa circulação faz com que o Estado se

aplique no desenvolvimento da marinha para que o aumento de velocidade de circulação amplie o resultado do haver. A iniciativa da marinha integra Portugal a Veneza, desde o século XII, com o início das atividades de construção naval e os ensinamentos dos pilotos.

A atividade de exportação traz a condição da importação, que mantida sob controle pode aumentar o potencial das trocas. Para João Lúcio, além do resultado contábil há outro tão positivo quanto: “A população urbana, central ou da costa, formava o traço de união dos campos ao mar. O país era na realidade a sede de uma associação vasta de lavradores”.²⁴

As iniciativas comerciais fazem parte do empreendimento da “monarquia agrária” e o crescimento das cidades será decorrência do crescimento agrícola. Ao mesmo tempo, as relações de troca, aos poucos, desenvolvem novas idéias e técnicas que vão se acumulando no Estado, permitindo as primeiras iniciativas industriais, mesmo que de caráter doméstico.

A Revolução de Avis, em 1393, privilegia esse empreendimento ao incrementar a restrição ao avanço do dever. Os censos populacionais e econômicos, por meio do conhecimento do regime das propriedades, mostram a atenção do novo tempo para o acúmulo do haver. A partir de 1395, a monarquia promove a unificação financeira, mediante impostos gerais que têm como base o reconhecimento da dimensão profissional e o povoamento de Portugal de Sancho I, o Povoador.

Um dos resultados mais positivos dessas iniciativas foi a organização administrativa do território e a autonomia municipal como forma de estabelecer recursos para o tesouro real. João Lúcio não esquece o papel da Igreja como incentivadora das atividades agrícolas e auxiliar no processo de unificação do território. Cada matriz de diocese era também instrumento de política do Estado. Além disso, a Igreja é importante pelo sentimento religioso que desenvolveu e que torna-se um símbolo da identidade. O resultado é o avanço da riqueza eclesiástica: “Aquele mesmo sentimento religioso, o incerto da vida futura, que inspirava aos reis as liberalidades para a Igreja, movia os particulares à imitação, e a propriedade eclesiástica não cessava de crescer por doações dos fiéis...”.²⁵

Se, de um lado, a Igreja tem um papel positivo, de outro, inicia o desequilíbrio entre o dever e o haver. As doações feitas à Igreja determinam a redução das rendas, tanto dos particulares como do Estado. A ênfase no sentimento religioso retira da terra os braços produtivos, levando-os para as ordens religiosas e dando o céu aos seus familiares.

Os esforços dos reis para sair dessa situação são as primeiras intervenções radicais nos domínios privados, gerando conflitos e aumentando o dever em detrimento do haver: “Destarte, na sucessão dos reinados, a grande casa inicial, acumulada na conquista, se fora pouco a pouco desmembrando, e por fim de expedien-

tes se mantinha, aguardando a falência, de que a surpresa dos descobrimentos provisoriamente a salvou”.²⁶

A superação dessa situação de crise só viria com a “Jornada de África”. Ela teria se organizado desde a Revolução de Avis e as restrições de gastos feitas a partir de 1395. Entretanto, se a “Jornada de África” é a salvação, embora provisória, logo a seguir mostra o seu caráter deficitário.

O primeiro grande alento vem do aprisionamento do negro e de sua transformação em escravo. João Lúcio salva a monarquia e d. Henrique, transformando a escravidão numa componente da história das nações: “a escravidão é de todos os tempos, e existiu na origem de todas as sociedades”.²⁷

A escravidão produz enormes riquezas, ao mesmo tempo que desenvolve o co-

nhecimento da África, principalmente da costa atlântica. A segunda grande novidade é resultante da atenção dos homens envolvidos na empresa da escravidão para obter ganhos maiores. O resultado são os descobrimentos. João Lúcio escreve um parágrafo que sintetiza o novo momento, indicando as transformações geradas pelos descobrimentos:

Aos primeiros descobrimentos iam os navegadores, uns levados pelo gênio aventureiro, porfiando a quem venceria a maior distância e a maior dificuldade, somente pela glória do feito, como agora os aviadores; outros que buscavam os ganhos sólidos do comércio. Estes designavam as terras pelo nome de seus produtos mais visíveis: costa dos escravos, costa do ouro, do marfim, da malagueta, que ainda hoje



Torre de Belém. Lisboa, Portugal. Álbum comemorativo da exposição de estampas antigas sobre Portugal por artistas estrangeiros dos séculos XVI a XIX [...]. Porto, 1946.

os mapas inscrevem. Assim, como não duvidou a cobiça de trocar a invocação do lenho santo, que salvou os homens, pela do que produzia a tinta estimada: Vera Cruz por Brasil.²⁸

Com isso, João Lúcio inaugura uma nova fase na história de Portugal, em que o “lavrador da nação” dá lugar ao comerciante da nação: “O dono da nação era agora comerciante, como tinha sido em outros tempos lavrador”.²⁹

Esse movimento consolida-se com d. Manuel quando a Corte passa a ser uma grande casa de negócios que tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio entre dever e haver. O empreendimento mantém-se, só se modifica o móvel do mesmo. A tenacidade e a vontade de realização continuam sendo a base do novo movimento. O espaço é novo mas deve ser rapidamente conquistado e incorporado ao Estado. Exige-se uma nova atitude: “(...) Os tempos exigiam outra política, de resultados mais palpáveis. Por ela os reis buscam aumentar o seu poderio, e contentar as ambições da classe da nobreza, da antiga e da moderna estirpe, que terminada a conquista do território, na península, não tinham dentro dele adequada satisfação”.³⁰

O próximo passo é a “Índia e o ciclo da pimenta”. João Lúcio acentua o papel mobilizador do descobrimento da rota marítima para as Índias. Essa mobilização não se verifica apenas por conta das possibilidades de lucros, mas é como se a Índia se apresentasse como um novo ter-

ritório a ser conquistado e onde as forças negativas, contrárias ao cristianismo, assemelhavam-se aos antigos demônios da África. Além disso, envolvia disputas com o maior inimigo de Portugal: a Espanha. A satisfação de d. Manuel na carta enviada aos reis católicos é mencionada por João Lúcio como a demonstração da “ambição satisfeita”, a hegemonia na “conquista suprema”.

A mobilização é tamanha que desenvolve uma mítica como o reino de Preste João, iniciador do caminho de Portugal para outras terras, e a terras das minas de ouro. Associe-se a isso as especiarias que incorporam-se às antigas relações de circulação dos produtos portugueses. A estratégia dos portugueses foi associar-se aos capitais europeus, principalmente alemães, italianos e holandeses, na realização das feitorias. Essas parcerias estrangeiras atingiam os outros produtos da pauta comercial portuguesa, gerando a ampliação das cidades e a introdução de uma cultura cosmopolita.

Os lucros iniciais eram de tal monta que foram pensados como eternos, entretanto as guerras e a competição acabaram por gerar um sistema deficitário. Os custos do empreendimento aumentaram e mesmo as intervenções do Estado, como a Casa da Índia, não resultaram numa diminuição das dívidas que se acumulavam com os seguidos empréstimos para financiar as viagens, feitos aos Fugger e aos Hauch. Ao lado disso, aumentava o contrabando. A consequência foi a crise de

1580 que colocou Portugal sob a tutela da Coroa de Espanha.

No caso da África há, entretanto, um outro movimento denominado por João Lúcio de "O primeiro ciclo de ouro". Os resultados desenvolvem-se no mesmo ritmo das especiarias com um agravante que é o custo inicial da técnica de exploração das minas. João Lúcio soma a isso as ilusões de descobertas fantasiosas que aumentavam as despesas e não geravam lucros. Também, junta, ao resultado negativo, o esforço de manter o território através da administração dos vice-reis que consumiam recursos e não produziam. O sonho do ouro e da manutenção da conquista suprema se esvaem:

Sonho que não tardou, como de antigas experiências a dissipar-se. As minas de ouro não pagavam a exploração; as de prata não se encontraram nunca. Nos últimos dias do governo castelhano, este opta por se abandonar labores e pesquisas, e regressar ao sistema antigo de obter os metais preciosos: comutá-los por fazendas baratas e contaria.³¹

No esforço de manter o empreendimento original, o Estado português prepara o "Império do açúcar". A pimenta já havia dado bons resultados utilizando-se as rotas constituídas no período posterior à conquista. O açúcar e o tabaco continuavam a ocupar essas rotas com uma característica especial que é a de não serem especiarias e terem uma tradição de uso na Europa. João Lúcio faz uma longa his-

tória da cana-de-açúcar, mostrando como ela se consolida em Portugal pelas ilhas da Madeira, dos Açores e de São Tomé, e como daí vai para a costa da África e o Brasil. O momento europeu, entretanto, é diferente, pois novas nações se lançam nas conquistas e na produção dos mesmos bens de Portugal.

De outro lado, a produção do açúcar ativa algumas das experiências anteriores, como a escravidão do negro e agora do índio brasileiro, e a das parcerias internacionais. A opção pelo Brasil é derradeira para a recomposição da economia portuguesa, por isso todos os cuidados são tomados para transformar o açúcar em produto mercantil de Portugal. O açúcar é, no parecer de João Lúcio, o canal por onde penetra a civilização no Brasil, junto com a catequese e os conquistadores. Mais do que isso, para o historiador a história do Brasil, como Estado, começa com o açúcar, por conta da centralização feita com Tomé de Sousa e o governo geral do Brasil.

O derradeiro momento do empreendimento português é revelado através da "Idade do ouro e diamantes". O propósito dessa parte do livro é mostrar a atuação do Estado nos negócios do ouro e dos diamantes, e tem como idéia central a oportunidade que a ação econômica no Brasil dá de efetivação do "absolutismo integral". A descrição começa com as primeiras tentativas de avanço para o sertão e segue as idéias-força do valente desbravador.

A narrativa toma a ocupação de todas as regiões, a partir da Bahia e do Rio de Janeiro/São Paulo, e mostra como essas diferentes entradas provocam interesses privados e conflitos, como a guerra dos emboabas. O passo seguinte é uma comparação entre o ouro da África e o do Brasil, cujo resultado demonstra a vantagem das minas no Brasil em função do custo relativamente pequeno da sua exploração.

A partir daí, a narrativa avança pela descrição da política portuguesa de controle do ouro e dos diamantes. As guerras entre os vários grupos de desbravadores e a política de Pombal são dois destaques, embora no fundo João Lúcio já mantenha no ar o seu pessimismo com relação aos resultados, e desse modo nem Pombal é salvo pelo historiador. João Lúcio termina o capítulo com um balanço do período, onde aprecia a contabilidade: “As riquezas do Brasil, tendo pago os de d. João V (dívidas), não bastavam para o seu sucessor. É certo que os tempos diferiam. O terremoto, a guerra na Europa e os conflitos com Espanha na América sugeriam despesas de vulto”.³²

A última parte do livro é dedicada ao Tratado de Methuen e ganhou o título sugestivo de “No signo de Methuen”. O capítulo é a junção de todas as políticas equivocadas do Estado a mais uma, aquela que determina o tratado de 1703. Com isso, João Lúcio avalia o empreendimento português demonstrando os limites das várias experiências.

A composição do livro segue a mesma tra-

jetória dos outros trabalhos do historiador. Após a produção de ‘trabalhos laterais’ – que são expostos em artigos e conferências – estes são transformados em livro. Na verdade, em *Épocas de Portugal econômico* há uma soma de todos os seus escritos como condição de realizar o trabalho de dar a Portugal um rosto. Depois do livro, desgostoso da política e já velho, não havia muito mais a fazer. Seu projeto estava concluído, só lhe restava aproveitar a velhice e descansar.

Descanso merecido, mas não total sem antes realizar um último sonho: aprender holandês. Não como uma atividade diletante, mas para poder conhecer melhor e tornar pública a obra daquele que João Lúcio reputava um dos maiores filósofos: Spinoza. Aos 77 anos aprende holandês e, embora não tenha conseguido realizar o seu intento, oferece aos portugueses a tradução de um clássico sobre a vida de Spinoza: *Vida de Bento Spinoza, em forma breve mas verdadeira, segundo documentos autênticos e testemunho oral de pessoas ainda em vida por João Colerus*, publicada em Coimbra no ano de 1934.

A vontade é continuar esmiuçando a trajetória de João Lúcio, sobretudo por conta da polêmica até hoje viva em Portugal do local de nascimento de Spinoza, que teria nascido em Lisboa e com a represão aos judeus teria fugido de Portugal em direção à Holanda, mas isto é uma outra história, para ser contada em outro lugar.

N O T A S

1. João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico*, 2ª edição, Lisboa, Clássica Editora, 1947. A primeira edição é de 1929.
2. Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1978.
3. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, editada, organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954, 3 volumes.
4. O seminário foi apresentado pelo pesquisador Marcos Mota e o texto intitula-se *Romances abortados pelo tempo da viagem: cartas de Capistrano de Abreu para João Lúcio de Azevedo*. Rio de Janeiro, documento de trabalho Pronex/Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, 1998, 20 páginas.
5. Joel Serrão é conhecido no Brasil pela direção do *Dicionário da história de Portugal*, editado em seis volumes e publicado em Lisboa, em 1975, pela Livraria Figueirinhas.
6. Jacob Burckhardt, *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
7. O comentário está publicado na *Revista de História*.
8. *Revista de Língua Portuguesa*, nº 14, Lisboa, 1921.
9. *Ibidem*, nº 19, 1922.
10. *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 11, Lisboa, 1923.
11. Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma: a modernidade na selva*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
12. Segundo parece, publicado pela gráfica do jornal *A Província do Pará*.
13. Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, 3ª edição, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1987.
14. Ver nota 7.
15. A primeira edição é de 1901, em Lisboa, e a segunda de 1930, em Coimbra.
16. A primeira edição é de 1921, em Lisboa.
17. Boletim da 2ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 6, fascículo 1, 1912.
18. *Ibidem*, vol. 9, fascículo 2, 1915.
19. *Ibidem*, vol. X, fascículo 2.
20. *Portugália*, nº 6, maio de 1926.
21. João Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos-novos portugueses*, Coimbra, 1921, p. IX.
22. *Idem*, *A evolução do sebastianismo*, 2ª edição, Lisboa, Clássica Editora.
23. *Idem*, *Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio*, Lisboa, L. do Diretório, 1925, pp. 1-2.
24. *Idem*, *Épocas de Portugal econômico*, p. 30.
25. *Idem*, *ibidem*, p. 46.
26. *Idem*, *ibidem*, p. 54.
27. *Idem*, *ibidem*, p. 70.
28. *Idem*, *ibidem*, p. 77.
29. *Idem*, *ibidem*, p. 82.
30. *Idem*, *ibidem*, p. 85.
31. *Idem*, *ibidem*, p. 201.
32. *Idem*, *ibidem*, p. 381.

A B S T R A C T

The aim of this article is to describe and to analyse some crucial aspects of João Lúcio de Azevedo's production. The analysis gives emphasis to the relationship amongst the individual, the society and the history existent in the principal works of this famous representative of Luso-brazilian historiograph.

R É S U M É

La proposition de cet article est la description et l'analyse de quelques rôles de la production de João Lúcio de Azevedo. Cette analyse examine les rapports entre l'individu, la société et l'histoire existants dans les principaux ouvrages de ce représentant renommé de l'historiographie luso-brésilienne.